

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática : uma análise de Orvil

Daniele de Paula*

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.
v12i165-82

Resumo: Este artigo busca analisar a narrativa da “linha dura” sobre a transição, a fim de evidenciar como os militares que aturam nessa ala enxergaram os anos finais da ditadura. Defende-se que a narrativa construída por eles tem mobilizado a extrema direita nacional desde a transição, estando no cerne discursivo dos projetos autoritários atuais. O artigo utiliza como principal fonte primária a obra ORVIL, projeto desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército (CIE) entre 1985 e 1988.

Palavras-chave: ditadura militar; linha dura; transição; orvil; guerra de narrativas;

*Graduada em História FFLCH-USP/ Contato: danieledepaula@usp.br

Este artigo é fruto da minha pesquisa de iniciação científica que contou com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo: 2021/12713-8.

Introdução

Em 1974 Ernesto Geisel iniciou o processo de “distensão política” a fim de promover uma abertura “lenta, gradual e segura” no regime militar. Esse processo, ao contrário do que defende parte da literatura sobre o tema, se iniciou por uma escolha política de Geisel e seus aliados, ainda que a oposição e o esgotamento do modelo econômico da ditadura tenham influído, decisivamente, no ritmo da abertura¹. Mas afinal, por que se optou por uma distensão em 1974?

Segundo Adriano Nervo Codato, a principal motivação teria sido a necessidade de resolver problemas internos à corporação, uma vez que o envolvimento das Forças Armadas na política, desde 1964, teria trazido uma série de conflitos políticos-ideológicos para o aparelho militar, subvertendo a hierarquia e gerando tensões entre as diferentes facções militares (CODATO, 2005, p. 84). Nesse sentido, quando o grupo dos “castelistas”² reconquistou o poder através de Geisel, eles buscavam duas coisas: 1- reestabelecer a ordem no interior da caserna e 2- garantir uma maior estabilidade institucional para a ditadura, através da restauração progressiva de algumas liberdades

¹ A distensão foi iniciada no momento em que a ditadura encontrava-se em seu auge: a luta armada havia sido derrotada no ano anterior, a economia ainda estava em um bom momento e a oposição institucional estava enfraquecida. Sendo assim, o governo julgou que aquele momento era favorável para iniciar uma “distensão segura”, diminuindo os instrumentos de repressão. Portanto, ao contrário do que defende parte da literatura sobre o tema, não foi a pressão da oposição que levou à distensão, mas sim a sua fraqueza. Contudo, no decorrer do processo, a oposição e as questões econômicas exerceram um papel importante, empregando um novo ritmo à distensão. Para uma discussão mais detalhada, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Passados Presentes*, Rio de Janeiro, Zahar, 2021, p. 248.

² Os militares castelistas costumam ser retratados como “moderados”, contudo, discordamos de tal visão. Como aponta Adriano Nervo Codato, esse grupo deve ser caracterizado por suas preocupações em institucionalizar a ditadura, o que não implica, necessariamente, em uma “moderação”. Exemplo disso seriam as inúmeras medidas autoritárias adotadas por tal grupo ao longo do regime militar.

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

civis mínimas (CODATO, 2005, p. 84).

Ainda de acordo com Codato (2005), a primeira tarefa implicava na necessidade de afastar gradualmente as Forças Armadas do comando da política nacional, além de conter as atividades dos setores de informação e repressão, a fim de reduzir o poder da chamada “linha dura”³, composta por militares de perfil mais radical e anticomunista. Já o segundo objetivo – dar maior estabilidade à ditadura – gerava a necessidade de institucionalizar o regime militar através de algumas reformas liberais. Em síntese, o projeto de Geisel visava:

“renovar o apoio de setores liberais que vinham se afastando da ditadura; oferecer ânimo à oposição moderada, para que não abandonasse o jogo político do regime militar; estabelecer maior controle sobre os “porões” para evitar divisões internas nas Forças armadas; institucionalizar e conferir maior previsibilidade às normas do Estado autoritário (...)” (MOTTA, 2021, p. 252).

Portanto, o processo de distensão política pode ser entendido como uma iniciativa dos militares “castelistas” para institucionalizar a ditadura e controlar os abusos da facção rival, tradicionalmente descrita como “linha dura”. Posto isso, este artigo buscará analisar a narrativa que a linha dura construiu sobre a transição, a fim de evidenciar como esses militares enxergaram os anos finais da ditadura, visto que a distensão foi iniciada contra a vontade dos mesmos.

Para tanto, utilizaremos como principal fonte a obra ORVIL, livro escrito pelo

³ O termo “linha dura” está sendo usado entre aspas pois a categorização em “duros” e “moderados” tem sido questionada por trabalhos que enfatizam a existência de matizes entre esses dois grupos. Nesse sentido, estamos usando o termo para nos referirmos aos militares de perfil mais radical e anticomunista, ligados aos setores de informação e repressão. Contudo, estamos cientes de que a complexidade de posições dentro do Exército não pode ser reduzida a termos duais. Ver: MARTINS FILHO, João Roberto. O palácio e a caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EdUFSCAR, 1996; FICO, Carlos. Como eles agiam, Rio de Janeiro: Record, 2001.

Centro de Inteligência do Exército (CIE), entre 1985 e 1988. Destacamos que esta é uma fonte ainda pouco explorada pela historiografia, uma vez que o livro foi mantido em sigilo até 2007, quando o jornalista Lucas Figueiredo teve acesso a uma das cópias e denunciou a sua existência por meio de uma série de reportagens (BRANDÃO; LEITE, 2012, p. 316). No entanto, ainda que a sociedade brasileira desconhecesse a existência de Orvil até 2007, este circulou entre setores da extrema direita civil e militar, influenciando, inclusive, a narrativa de alguns militares sobre a ditadura⁴.

De modo geral, acreditamos que Orvil teve um papel importante na construção da memória da extrema direita sobre a ditadura, sendo influente até os dias de hoje, como buscaremos evidenciar ao longo deste artigo. Por fim, ressaltamos que a nossa análise se centrou no discurso de Orvil sobre a ditadura, no contexto histórico em que ele foi escrito, nos interesses por trás do projeto, nos diálogos estabelecidos com outras obras e, também, em sua influência atual.

Considerações sobre a fonte

Em uma *apreciação*⁵ do dia 27 de Março de 1984, um analista do CIE manifestou a sua preocupação sobre o que ele chamou de “reescrita da história” pelos comunistas.

Segundo o analista:

“dezenas de livros são publicados. Entrevistas são concedidas a jornais e

⁴ A narrativa de Orvil circulou em blogs de extrema direita e também esteve presente no livro do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, *Rompendo o silêncio*, ainda que as referências tenham sido ocultadas para manter o livro em sigilo. Ver: BRANDÃO, Priscila Carlos, LEITE, Isabel Cristina. *Nunca foram heróis, Anos 90*, Porto Alegre, 2012.

⁵ Documento produzido por um analista de inteligência do Exército, com o objetivo de expressar a sua opinião sobre determinada situação.

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

revistas. Os terroristas de ontem estão sendo, hoje, glorificados, ganhando nomes de ruas, praças e avenidas (...) enquanto isso, aqueles que lutaram e deram o sangue contra a subversão são esquecidos. Seus filhos nunca viram um ato de reconhecimento pelo sacrifício dos pais. E pior: constantemente veem seus nomes tachados de sádicos torturadores, opressores e reacionários” (Apreciação S/Nº. – A1. 27/03/1984. p. 1).

A preocupação do analista se referia à forma como a ditadura estava sendo retratada durante a transição. Sendo assim, ele apontava a necessidade de combater a versão dos comunistas e, ao mesmo tempo, divulgar a “verdade” para a sociedade brasileira. Para tanto, o analista propunha a execução de um projeto de pesquisa que buscasse, por meio da escrita de livros, defender a “versão” do Exército sobre o regime militar, “Há que se escrever a história verdadeira, a história dos vencedores, a nossa história” (Apreciação S/Nº. – A1. 27/03/1984. p. 3).

Embora tal apreciação tenha sido escrita em Março de 1984, a autorização para a execução do projeto veio apenas em 1985, quando o coronel Agnaldo Del Nero⁶ assumiu a seção de análise do CIE. Era o início do projeto ORVIL (anagrama de livro em português) que seria finalizado somente em 1988, resultando em um extenso livro sobre a “história” da subversão no Brasil.

A narrativa da obra divide-se em quatro partes e busca convencer o leitor de que, desde 1922, o país estaria sofrendo sucessivas tentativas de tomada do poder pelos comunistas⁷. Segundo Orvil, a quarta tentativa de tomada do poder teria se iniciado em

⁶ O coronel Agnaldo Del Nero estava associado à chamada “linha dura”. Destaca-se que durante a Constituinte Del Nero e o seu grupo, ainda que isolados e sem uma organização efetiva, foram responsáveis por criar um clima conspiratório e repleto de ameaças golpistas. Ver: COSTA, Marcus Vinicius de Assis da. A espada do Leviatã: o papel militar ao longo do Momento Constituinte 1985-1988. XXV Encontro Estadual de História da ANPUH, 2020.

⁷ De acordo com Orvil a primeira tentativa de tomada do poder teria ocorrido entre 1922-1954; a segunda entre 1955-1964; a terceira entre 1970-1973; e a quarta tentativa, por sua vez, teria se iniciado em 1974, mas ainda estaria em curso quando o livro foi finalizado (1988).

1974 – junto com a transição – e seria a mais perigosa de todas, devido à estratégia de trabalho com as massas (ORVIL, 1988, p. XVII). Em síntese, como aponta João Cezar de Castro Rocha:

“[Orvil] acabou contrabandeado para fora do QG do Exército e passou a circular, de forma clandestina, num minúsculo e fechado grupo de militares e civis de extrema direita. Os guardiões de Orvil foram discretos e disciplinados. Calcula-se que tenham feito somente 15 cópias do documento...” (FIGUEIREDO, 2013, p. 11, grifo nosso).

A circulação clandestina fez com que o Orvil se mantivesse em segredo até 2007, quando o jornalista Lucas Figueiredo⁸ teve acesso a uma das cópias do livro e denunciou a sua existência por meio de uma série de reportagens (BRANDÃO; LEITE, 2012, p. 316). Depois de descoberto, o Orvil foi publicado pela Editora Schoba, em 2012, sob a autoria de Licio Maciel e José Nascimento, dois militares de perfil radical. Ressalta-se que o livro foi divulgado com entusiasmo pela extrema direita que o apresentou como a “verdade” sobre o golpe e a ditadura de 1964.

Depois de descoberto, o Orvil foi publicado pela Editora Schoba, em 2012, sob a autoria de Licio Maciel e José Nascimento, dois militares de perfil radical. Ressalta-se que o livro foi divulgado com entusiasmo pela extrema direita que o apresentou como a “verdade” sobre o golpe e a ditadura de 1964.

Em síntese, consideramos a narrativa de Orvil reveladora da perspectiva da “linha dura” devido ao perfil dos militares que participaram da execução do projeto e

⁸ O jornalista Lucas Figueiredo ficou conhecido por seus trabalhos investigativos sobre a ditadura tendo, inclusive, atuado na Comissão Nacional da Verdade (2012-2014)

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

que, inevitavelmente, deixaram transparecer as suas “posições”. No que diz respeito à transição, o próprio livro reconhece as divisões que essa fase suscitou na caserna e acaba por assumir a posição da “linha dura” ao efetuar diversas críticas ao processo e, apresentá-lo, como o início de uma nova tentativa de tomada do poder pelos comunistas, como veremos a seguir.

A perspectiva da “linha dura” sobre a transição

A narrativa de ORVIL sobre a transição concentra-se na quarta parte do livro, dedicada ao que seria também a “quarta” tentativa de tomada do poder pelos comunistas. Segundo ORVIL, a partir de 1973 teriam aumentado as pressões civis por liberdade, o que de certa forma era culpa do próprio governo, visto que este ocultava da sociedade brasileira a “real” situação da luta armada no Brasil. Nesse sentido, enquanto a sociedade brasileira acreditava que já não havia mais nenhum perigo e, por isso, reivindicava maiores liberdades, os militares ligados aos Órgãos de Segurança sabiam que ainda não era hora do Estado desfazer-se de sua armadura:

“os militares ligados às atividades de segurança discordavam de colocações como essa [que pediam maiores liberdades]. Seus conhecimentos eram diferentes e por isso julgavam que esse não era ainda o momento do Estado desfazer-se da “armadura””. (ORVIL, 1988, p. 757, grifo nosso).

No trecho acima é possível notar que o Orvil assume a perspectiva dos órgãos de segurança ao apresentá-los como os mais capazes de julgar o momento adequado para a distensão, devido ao conhecimento que eles possuíam sobre as organizações subversivas. Contudo, o perfil radical dos militares ligados aos órgãos de segurança fazia com que eles fossem sempre contrários a qualquer forma de liberalização.

Ademais, como mostra Daniel Aarão, o próprio prestígio e poder da comunidade de segurança derivavam,

“do enfrentamento aberto com as esquerdas radicais (...) O reestabelecimento do estado de direito, por mais autoritário que fosse, tenderia a enfraquecê-los. Por isso cedo se oporiam de todas as maneiras à progressão do projeto do governo, configurando-o como uma traição aos ideais “revolucionários”(...)” (AARÃO, 2014, p. 101).

No entanto, mesmo assumindo a posição dos órgãos de segurança, a narrativa de ORVIL admite que em 1974 a maioria das organizações comunistas já estavam derrotadas militarmente:

“Em 1974, as organizações subversivas marxista-leninistas, que desde 1967/68 haviam deflagrado a guerra revolucionária no país, tinham sido derrotadas na forma de luta que escolheram – a luta armada, estando neutralizadas no campo militar e extintas mesmo na sua maioria” (ORVIL, 1988, p. 805).

Portanto, não havia mais motivos para não redemocratizar o país, nas palavras de ORVIL, “Estavam, pois criadas todas as condições para buscar saldar os compromissos iniciais da revolução (...) era preciso, agora, reestabelecer as franquias democráticas e encontrar fórmulas adequadas ao desenvolvimento político.” (ORVIL, 1988, p. 802). Contudo, e essa é a grande estratégia discursiva de ORVIL, o livro defende que nesse mesmo período – de condições favoráveis para a redemocratização – as esquerdas teriam se reformulado e iniciado uma nova tentativa de tomada do poder,

“vencidas na forma de luta que escolheram – a luta armada – as organizações da esquerda revolucionária têm buscado transformar a derrota militar que lhes foi imposta, em todos os quadrantes do território nacional, em vitória política” (ORVIL, 1988, p. 839).

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

Essa nova tentativa de tomada do poder, ainda de acordo com ORVIL, surgiu após uma autocrítica que fez com que as esquerdas percebessem que sem o apoio da população, elas jamais conseguiriam chegar ao poder,

“após a autocrítica, uma a uma das diferentes organizações envolvidas na luta armada, concluíram que foi um erro lançarem-se na aventura militarista, sem antes terem conseguido o apoio de boa parte da população. A partir desse momento, reiniciaram a luta para a tomada do poder, mudando de estratégia...” (ORVIL, 1988, p, 839).

A nova estratégia das esquerdas para chegar ao poder consistia, portanto, em um intenso trabalho com as massas, a fim de conquistar o apoio popular e, conseqüentemente, conseguir vitórias políticas. Nesse sentido, ORVIL apresenta o período de 1974 até 1979 como um momento de “equilíbrio estratégico” para as organizações subversivas, uma vez que a política da distensão promoveria, “o gradativo desmantelamento dos mecanismos explícitos de coação legal, níveis mais elevados de participação política e mais espaço para se organizarem e atuarem” (ORVIL, 1988, p. 841).

Por conseguinte, na lógica de ORVIL, a política de distensão teria contribuído para a nova estratégia dos comunistas que, naquele momento, buscavam chegar ao poder por meio do jogo democrático, “valendo-se da prerrogativa que só esse regime paradoxal – a democracia, sem aspas e adjetivos – oferece; a possibilidade de seus inimigos preparem-se para a tomada do poder sob o amparo da lei” (ORVIL, 1988, p. 841).

O trecho acima nos revela a posição crítica de ORVIL em relação à democracia, além de deixar transparecer as contradições discursivas da narrativa, pois como aponta

Mauro Eustáquio Costa Teixeira,

“o Orvil se aproxima de uma aporia: o regime democrático deve ser restringido, ou mesmo suspenso, em defesa da própria democracia, ameaçada pelo comunismo. E a contradição se aprofunda: se o comunismo é uma ameaça constante, que muda apenas de forma, em que quadro político seria possível a plena vigência do regime democrático?” (TEIXEIRA, 2013, p. 13)

Em outro trecho da obra, ORVIL também caracteriza a democracia como um regime de “fronteiras incertas” que permitiria,

“a transição fácil entre o oponente leal, que faz uso de uma faculdade prevista pelas intuições e o adversário que viola essas mesmas instituições. O totalitarismo confunde o primeiro com o segundo, de maneira a justificar o esmagamento de toda a oposição; a democracia confunde o segundo com o primeiro, por medo de ser acusada de trair os seus próprios princípios” (ORVIL, 1988, P. 847).

Portanto, para ORVIL, a democracia seria um regime falho, pois admitia que as oposições “desleais” atuassem livremente, favorecendo a tomada do poder por estas. Ainda de acordo com ORVIL, a partir de 1979 as organizações subversivas teriam se fortalecido e iniciado o período de “contra ofensiva”, após serem beneficiadas pela lei da Anistia, “a lei de anistia permitiu o retorno ao Brasil de todos os ex terroristas, subversivos e banidos que estavam no exterior, constituindo-se em um reforço de peso para o período da contra-ofensiva” (ORVIL, 1988, p. 852). Nesse trecho podemos notar a postura crítica de ORVIL em relação à lei, mesmo que esta também tenha garantido a impunidade dos militares.

O período de contraofensiva, por sua vez, seria caracterizado pelas primeiras vitórias políticas das esquerdas, devido à liberdade que essas tiveram para trabalhar

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

com as massas. Segundo ORVIL, o “trabalho com as massas” tinha como objetivo,

“conquistar a população, sobretudo fazendo com que perca a fé nos governantes, no regime e nas Instituições, dominar, especialmente por meio da infiltração, as estruturas governamentais; e educar, organizar e orientar os diversos segmentos sociais para a revolução” (ORVIL, 1988, p. 839).

Como se pode ver, a narrativa de ORVIL se aproxima muito do chamado “marxismo cultural” que tem mobilizado os setores da extrema direita na atualidade. Nesse sentido, João Cezar de Castro Rocha aponta que mesmo que o nome Antonio Gramsci não apareça diretamente em Orvil, a descrição do processo de conquista do poder por meio do trabalho com as massas adiantaria o “gramscismo delirante” da extrema direita atual (ROCHA, 2021, p. 268). Ainda de acordo com Orvil, nas eleições de 1982 as esquerdas elegeram os seus primeiros representantes e, dessa forma, se tornaram ainda mais fortes:

“As eleições realizadas em Novembro de 1982, dando seguimento ao processo de abertura política, contribuíram consideravelmente para o desenvolvimento do período de contraofensiva das OS, não só pela livre pregação política (...), mas principalmente, por ter propiciado a eleição de parte desses elementos para diversos cargos políticos, em diferentes níveis da estrutura governamental” (ORVIL, 1988, p. 853).

Outro efeito da “contra ofensiva” teria sido as campanhas que as esquerdas promoveram contra as forças armadas e contra a “revolução”, de acordo com Orvil:

“Para as esquerdas, nesse período, já não satisfazia a facilidade de atuar livremente, confundindo-se com a oposição legal e leais às instituições. Era preciso desacreditar a revolução de 1964, negar seus êxitos, proclamando a “farsa” do milagre econômico. Era preciso que a consecução dos objetivos da “abertura” fossem a ela creditados, para que pudesse manter na massa a confiança de sua força, transmitindo ao mesmo tempo a imagem de um governo acuado que nada concedia, mas que pressionado tudo cedia” (ORVIL, 1988, p. 856).

Sendo assim, para o livro do CIE, a partir de 1979 as esquerdas estavam avançando cada vez mais em seus objetivos de conquistar o poder por meio da política, e isso se devia a três fatores,

“a total liberdade concedida; a crise econômica que o país atravessa, a qual reduziu o bem-estar da população, gerando a impopularidade do governo e o desejo de mudar; e o trabalho que há longo prazo vinha sendo realizado, paralelamente, pelo clero progressista” (ORVIL, 1988, p. 854).

Vale destacar que o “clero progressista”, para ORVIL, era um dos grandes responsáveis pelo êxito das esquerdas, pois através das Igrejas eles realizavam o trabalho com as massas, ao mesmo tempo em promoviam as campanhas contra o regime militar. Acreditamos ainda que o ressentimento de ORVIL com o chamado “clero progressista”, visível em diferentes trechos da obra, deve-se entre outras coisas ao livro *Brasil: Nunca mais*, responsável por denunciar as práticas de tortura promovidas pelo regime militar⁹.

Como aponta Martins Filho, a tortura é uma das maiores “manchas” do período militar e, conseqüentemente, teve uma grande influência na construção das memórias das esquerdas (MARTINS FILHO, 2002, p. 186). Nesse sentido, ORVIL busca negar a existência de torturas e, inclusive, defende que as denúncias eram parte da estratégia dos comunistas para desmoralizar o regime militar. O grande erro do Exército, por conseguinte, teria sido deixar que as esquerdas atuassem livremente,

“A postura imobilista em relação a essas atividades, a progressividade das

⁹ O livro *Brasil: Nunca mais* foi publicado em 1985 e rapidamente se tornou um Best-seller no Brasil. Organizado pelo arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, a obra reuniu as cópias de diversos processos que tramitavam na Justiça Militar, a fim de denunciar a tortura como uma prática sistemática do regime militar.

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

campanhas, o seu entrosamento no tempo e no espaço político nacional e a conjugação de esforços das organizações subversivas, permitiriam que essas inverdades repetidas em várias formas, oportunidades e diferentes meios de comunicação social, fossem ganhando foros de verdade, inclusive boa parte dos componentes das próprias forças armadas, seus familiares e, em especial os elementos mais jovens que não viveram aquela situação e que passaram a sofrer os efeitos dessa versão ideológica dos fatos” (ORVIL, 1988, P. 857).

Portanto, fica evidente a postura crítica de ORVIL em relação a todo o processo de distensão, pois de acordo com a lógica da narrativa esse processo teria dado liberdade para as esquerdas atuarem e, dessa forma, iniciarem uma nova tentativa de tomada do poder. Essa “nova tentativa”, como vimos, consistia em conquistar o poder político, o que demandava a realização de uma série de campanhas contra as Forças Armadas e contra o regime militar.

Ainda de acordo com ORVIL, as esquerdas estavam obtendo êxito em todos esses objetivos, o que nos mostra que os anos finais da ditadura foram vistos pela “linha dura” como um período de decadência e de perda do poder para os seus antigos “inimigos”. Segundo Carlos Fico,

“sem ter mais os velhos inimigos contra quem lutar, a linha dura sentia-se ameaçada de extinção, acuada por ser identificada como grupo não democrático e com medo de punições que poderiam advir do retorno ao Estado de Direito...” (FICO, 2002, p. 213).

Sendo assim, defendemos que o ORVIL foi uma estratégia do CIE para enfrentar a narrativa das esquerdas sobre o regime militar, a fim de reduzir o poder destas durante a transição. Além disso, através da narrativa de que uma nova tentativa de tomada do poder estava em curso durante a transição, a “linha dura” poderia reafirmar a sua importância na luta contra o comunismo. Nesse sentido, o veto de Sarney à

publicação de ORVIL representou um duro golpe nos militares envolvidos com o projeto, como aponta Lucas Figueiredo,

“Del Nero [o coronel que havia autorizado a execução de ORVIL] acreditava que, naquele início do processo de redemocratização, o Orvil era a chance de as Forças Armadas “saírem na frente” no inescapável debate sobre a ditadura. Mais que isso: caso a obra do CIE fosse publicada, ela certamente serviria de fonte para inúmeros trabalhos, fazendo com que o seu alcance foi multiplicado” (FIGUEIREDO, 2013, p. 120 e 121)

Por fim, acreditamos que depois de tentar barrar o processo de redemocratização de diferentes maneiras¹⁰, a “linha dura” percebeu que o processo era irreversível e mergulhou, dessa forma, em uma guerra de narrativas contra as “esquerdas”. Nesse sentido, como aponta João Cezar de Castro Rocha,

“Orvil se equilibra entre um acerto de contas com o passado republicano, pelo menos desde 1922, vale dizer, o ano de fundação do Partido Comunista, e a projeção de um futuro no qual os corações e as mentes dos que não eram nascidos ou eram muito jovens, deveriam ser disputados (...) (ROCHA, 2020, p. 255-56)

Considerações finais

Ao longo deste artigo buscamos evidenciar a posição da “linha dura” sobre a transição, a partir do discurso que essa facção construiu sobre o período. Para tanto, analisamos a obra ORVIL – projeto desenvolvido pelo Centro de Inteligência do Exército

¹⁰ A linha dura buscou barrar o processo de transição de diferentes maneiras, inclusive, patrocinando atos de terrorismo. Ver: Carlos Fico, *Como eles agiam*, Record, Rio de Janeiro, 2002; Marcos Napolitano, 1964: *História do regime militar brasileiro*, Contexto, São Paulo, 2020.

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

(CIE), entre 1985 e 1988.

Como visto, a narrativa da obra assume a perspectiva dos Órgãos de Segurança e busca construir uma “interpretação” da história do Brasil capaz de justificar a oposição da “linha dura” à distensão. Para tanto, o livro defende que o país estava sofrendo, desde 1922, sucessivas tentativas de tomada do poder pelos comunistas: a primeira teria ocorrido em 1935; a segunda em 1964; a terceira entre 1968-73 e, a quarta tentativa, a partir de 1974. Ainda de acordo com ORVIL, as Forças Armadas teriam impedido as três primeiras tentativas, no entanto, a partir da distensão, as esquerdas teriam se reformulado e iniciado uma nova estratégia para chegar ao poder.

Essa nova estratégia é descrita por ORVIL como a mais “perigosa” e consistia em conquistar a população para, posteriormente, transformar o apoio popular em vitórias políticas. Sendo assim, a “quarta tentativa” ocorreria por meio de um “controle” das instituições, processo este que só seria possível com a distensão. Logo, é através dessa teoria conspiratória que ORVIL justifica a oposição da “linha dura” à distensão, ao mesmo tempo em que reafirma a importância dos Órgãos de Segurança, pois somente essa comunidade teria percebido a nova “estratégia” de tomada do poder pelos comunistas.

Vale destacar ainda que a “teoria” de ORVIL sobre a “quarta” tentativa de tomada do poder adianta o chamado marxismo cultural. Como mostra Michel Goulart da Silva, a expressão “marxismo cultural” surgiu pela primeira vez nos anos 1990, nos Estados Unidos, entre setores da extrema direita que o entendiam como, “uma perspectiva assumida pela esquerda ao deixar de buscar o poder pelas armas, e passar a fazer sua

disputa política no âmbito da cultura.” (SILVA, 2020, p. 78). Portanto, ainda que ORVIL não use diretamente a expressão “marxismo cultural”, a sua narrativa adianta tais ideias no Brasil.

Ademais, ao dizer que a “quarta” tentativa de tomada do poder teria se iniciado durante a distensão, mas que ainda estava em curso quando o livro foi finalizado (1988), Orvil busca jogar o conflito com as esquerdas para o futuro, ou seja, não se trata apenas de uma narrativa sobre a distensão, mas sim de uma “teoria conspiratória” que poderia mobilizar os setores de extrema direita a partir da publicação do livro.

Por fim, ressaltamos o esforço de ORVIL em deslegitimar a memória que se consolidou sobre a ditadura ao apresentar as denúncias de tortura como parte da “nova” estratégia de conquista do poder pelas esquerdas. Portanto, acreditamos que a luta por uma memória “positiva” da ditadura foi uma bandeira que mobilizou a “linha dura” desde a transição, sendo um elemento importante para a compreensão da extrema direita atual que, como aponta Lucas Pedretti, é marcada por um sentimento nostálgico em relação ao regime militar (PEDRETTI, 2020, p. 15). Nessa mesma linha, Rocha defende que o Orvil estaria na base da rearticulação da extrema direita que ganhou as ruas partir de 2013, destacando que, “conscientemente ou não, a ascensão de uma juventude de direita no Brasil abraçou tanto a DSN quanto a matriz conspiratória de Orvil” (ROCHA, 2021, p. 226).

Em síntese, defendemos que ao não aceitar o fim do regime militar, a chamada “linha dura” buscou construir uma narrativa favorável à ditadura, a fim de mobilizar os

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

setores da extrema direita nacional. Tal narrativa, inicialmente subterrânea, ganhou força nos últimos anos e, por meio da ascensão de políticos da extrema direita a partir de 2018, tem buscado legitimar não só a ditadura, mas também projetos autoritários no Brasil atual.

Fontes

ORVIL: as tentativas de tomada do poder, 1988.

Apreciação S/Nº. – A1. 27/03/1

Referências Bibliográficas

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil: Nunca Mais**. Editora Vozes, São Paulo, 2014.

BRANDÃO, Priscila Carlos, LEITE, Isabel Cristina. **Nunca foram heróis!** A disputa pela imposição de significados em torno do emprego da violência na ditadura militar brasileira, por meio de uma leitura de Orvil. Anos 90, Porto Alegre, 2012.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, nº25, Curitiba, 2005.

COSTA, Marcus Vinicius de Assis da. A espada do Leviatã: o papel militar ao longo do Momento Constituinte 1985-1988. **XXV Encontro Estadual de História da ANPUH**, 2020.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**, Record, Rio de Janeiro, 2002.

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Editora Record, Rio de Janeiro, 2011.

MARTINS FILHO, João Roberto. **A guerra da Memória**: A ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. Varia História, Minas Gerais, 2002.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-1969). São Carlos: EdUFSCAR, 1996

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados Presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Zahar, Rio de Janeiro, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964 História do regime militar Brasileiro**. São Paulo, Ed. Contexto, 2020.

PEDRETTI, Lucas. Bolsonaro e a luta contra a memória das vítimas da ditadura. **Revista Etcétera**, nº 6, 2020.

REIS, Aarão Daniel. **Ditadura e Democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à constituição de 1988. Zahar, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Caminhos, Rio de Janeiro, 2020.

A narrativa da “linha dura” sobre a transição democrática: uma análise de Orvil

SILVA, Michel Goulart da. Reflexões sobre o “marxismo cultural”. **Boletim de conjuntura**, nº 3, Boa Vista, 2020.

TEIXEIRA, Mauro Eustáquio Costa. A democracia fardada: imaginário político e negação do dissenso durante a transição brasileira (1979-1988). **AEDOS**, nº 13, v. 5, 2013.